

A ARENA NA CHARGE: UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PARAIBANA DURANTE A DITADURA MILITAR

Dmitri da Silva Bichara Sobreira¹

Introdução

O presente texto tem como objetivo analisar as representações da política paraibana durante a ditadura militar através do traço dos desenhistas que publicavam suas obras, charges e caricaturas, nos principais jornais de circulação no estado. Nosso foco principal serão as charges que abordavam a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político criado para dar apoio à ditadura militar brasileira, e seus membros entre os anos de 1974 e 1978. Os apontamentos e discussões desse texto são resultados de pesquisa de doutoramento atualmente em desenvolvimento, cujo objeto de pesquisa é a Arena no estado da Paraíba em suas mais diversas perspectivas.

Na análise dos jornais que circulavam no estado, foram identificadas uma série de charges publicadas sobre a conjuntura política paraibana e nacional, em especial abordando a Arena e seus membros. Nos periódicos *O Norte*, vinculado ao grupo *Diários Associados*, fundado por Assis Chateaubriand, e *Correio da Paraíba*, pertencente ao então deputado federal arenista Teotônio Neto, começaram a publicar tais artes a partir de 1974, marco do início dos debates sobre a reabertura política e período de retorno das mobilizações populares contra a ditadura.

Seus principais autores eram os chargistas Deodato Borges, Richardi Muniz e Flávio Tavares. O primeiro foi o desenhista responsável pela criação do primeiro super-herói em quadrinhos do Nordeste, o *Flama*, publicado na década de 1960, sendo, a partir de 1973, editor de cultura do *O Norte*². Muniz, por sua vez, publicava seu trabalho desde a década de 1970 nos jornais locais, tornando-se mais conhecido a partir da

¹ Professor substituto na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Sobre Deodato Borges, ver: <http://www.memorialhqpb.org/personagens/flama/flama.html> (acesso in 29/03/2019).

década de 1980, numa geração de desenhistas paraibanos que contava ainda com Elpidio Pessoa e Cristovam Tadeu³. E Tavares, artista plástico paraibano, publicou suas charges nos jornais paraibanos a partir de 1974⁴.

A produção das charges nos interessa pois trata-se de uma forma de linguagem política que tem como seu principal recurso o humor, sendo comumente crítica ao reportar sobre pessoas, grupos de pessoas ou instituições de poder. Tal linguagem, pela simplicidade em transmitir uma mensagem, torna-se bastante popular, sendo um meio dinâmico e acessível para população absorver tais críticas. O uso recorrente do humor é outro fator que populariza a charge, pois a irreverência como são retratados os poderosos, postos em situações jocosas e inusitadas, desperta a atenção e o interesse do leitor, que vê naquele desenho a manifestação de sua insatisfação com um governo, um partido, uma ideologia ou um grupo de pessoas que detenham o poder.

Na historiografia tem sido recorrentes pesquisas que analisem as caricaturas como forma de compreender um período, um evento ou mesmo um personagem histórico. Isso é resultado da difusão das imagens como fonte de análise histórica, haja vista que “*A imagem é capaz de atingir todas as camadas sociais ao ultrapassar as diversas fronteiras sociais pelo alcance do sentido humano da visão*” (KNAUSS, 2006, p. 99). Ao olhar para as representações imagéticas, o historiador consegue abordar como um grupo mais amplo de pessoas interpretavam o mundo ao seu redor em uma determinada conjuntura social.

Dois trabalhos que cabem menção, em função da similaridade com nosso objeto de pesquisa, são as análises de Motta (2008) sobre as caricaturas produzidas durante o governo de João Goulart, o *Jango*, e no golpe de 1964; e Grinberg (2009) sobre as charges que retratam a Arena. No primeiro caso, o autor indica que o período que culminou com o golpe de 1964 foi farto desse tipo de produção, e que tais imagens ajudam a entender como a grande imprensa interveio no contexto, pois essas imagens eram parte do discurso emitido pelos periódicos. Contudo, vale a ressalva do autor:

³ Sobre Richardi Muniz, ver: <https://onibusparaibanos.com/2012/12/24/charges-fotoartes-desde-os-anos-70/> (Acesso in 29/03/2019).

⁴ Sobre Flávio Tavares, ver: http://flaviotavares.com.br/pt_br/biografia/ (Acesso in 29/03/2019).

[...] a intenção não é acusar ou responsabilizar os caricaturistas pelo movimento de 1964 [...] o fato de terem atacado o governo Goulart não implica, automaticamente, apoio ao golpe e, menos ainda, ao regime militar subsequentemente. No entanto, quaisquer que tenham sido as intenções dos artistas – e, como já foi apontado, eles não compunham um grupo homogêneo – suas críticas ajudaram a enfraquecer o governo, divulgando imagens que alimentavam o medo e a insegurança, caldo de cultura em que o golpe foi gerado. (MOTTA, 2008, p. 12-13)

Grinberg, por sua vez, retrata que as caricaturas foram, especialmente a partir da década de 1970, um meio de críticas à ditadura militar e ao seu partido. Em sua análise, tais representações da Arena apareciam em momentos pontuais de crise político-partidária, sendo a metáfora um dos principais recursos de linguagem utilizados pelas charges, em que Arena era comumente representada como uma personagem feminina. Esse recurso era uma forma de despersonalizar o partido em relação a qualquer um de seus quadros, bem como a escolha de uma personagem feminina não só pode ser explicada pelo gênero de sua sigla partidária, como também indica a submissão do partido em relação ao governo, haja vista que, no imaginário popular, a mulher é o sexo frágil e submissa ao homem, sendo a Arena comumente recordada pela memória comum da ditadura como o partido do “*sim, senhor*”, em função de uma suposta postura de adesão total ao regime.

Nesse processo de representação da Arena enquanto mulher, essa apresentava-se sempre em dificuldades, uma metáfora para tais situações na qual o partido encontrou-se ao longo de sua história. A posição de subordinação representa algumas situações comuns vividas pelo partido: divergências entre a Arena e o governo, dificuldades de atuar no Legislativo e o recorrente perigo de cassações. A partir de 1974, o partido parece destituído de vontade própria, sendo representado em outros personagens, como boneco de corda ou fantoche, figuras que sugerem a manipulação do partido pelo governo. Contudo, a autora ressalva que muitas dessas representações da Arena são simplistas e superficiais, sendo preciso uma análise mais profunda para entender a complexidade da atuação do partido ao longo de sua existência.

Ao coletar as imagens produzidas pelas representações humorísticas com outros textos – discursos, correspondências, documentos internos do partido, artigos publicados na própria imprensa – observa-se uma coincidência muito grande entre os temas e as imagens produzidas sobre a Arena. Isso mostra

como a problemática política era a fonte dos chargistas, que não produziram representações deslocadas daquele contexto – um fato que pode nos parecer muito evidente na leitura de charges atuais, mas que indica um esforço de contextualização no estudo de representações produzidas há muitos anos. (GRINBERG, 2009, p. 277-248)

Quando verticalizamos a análise das caricaturas sobre a Arena em um contexto regional, alguns aspectos do desenho divergem das feitas por Grinberg num plano nacional. Em primeiro lugar, não há uma despersonalização do partido em relação a seus membros, a exemplo daquela feita nas caricaturas analisadas pela autora. Ao contrário, reconhecemos o partido nas imagens através da representação de seus filiados, geralmente as principais lideranças, ou representações de pessoas comuns conversando sobre a situação política paraibana, sempre fazendo alusão à Arena.

Vale ressaltar ainda que o período fértil de produção caricatural sobre a Arena e o sistema partidário era durante as eleições majoritárias de 1974 e 1978. Nesses pleitos o principal foco das caricaturas foram as disputas entre as lideranças *arenistas* do estado pela indicação de candidatos para o cargo de governador e senador indireto, o qual não passava pelo crivo de uma votação popular. Nessas situações de conflito dentro do partido, eram comumente abordados o papel do governo federal como mediador das negociações, a participação do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nesses processos eleitorais indiretos, geralmente como mero espectador dos conflitos, já que eram irrisórias suas chances de emplacar um candidato a um pleito indireto. Bem como a posição do povo diante das disputas oligárquicas dentro de um governo autoritário, sempre retratada sua exclusão das decisões políticas e sua situação de miséria, ignorada pelos políticos que se diziam representantes desse povo.

Para esse texto, selecionamos como principais pontos de análise da Arena através das charges as disputas internas dentro do partido, as quais interferiam diretamente na atuação do partido nos processos eleitorais acima mencionados; a intervenção do governo federal nos assuntos da política partidária estadual em relação à escolha de candidatos aos pleitos indiretos; e a atuação do partido junto ao povo que, dentro de um regime ditatorial, era excluído de parte do processo eleitoral.

Análise das imagens

O primeiro dos aspectos que analisaremos neste texto é o das dissidências dentro da Arena. Na década de 1970, o partido conviveu com a disputas entre duas alas chefiadas pelas lideranças de João Agripino e Ernani Sátiro. Ambos são ex-udenistas que exerceram cargo de governador do Estado durante a ditadura, Agripino de 1966 a 1970, e Sátiro de 1971 a 1974⁵. Os conflitos entre as alas tornavam-se latentes em períodos eleitorais, quando cada uma das chefias partidárias buscava influenciar a escolha dos governadores biônicos.

O processo de escolha dos governadores biônicos ocorria por meio da indicação da chapa pelo governo federal e referendado por votação e homologação dessa chapa pela Assembleia Legislativa estadual. Contudo, esse processo sofria influência das alas internas *arenistas*, que buscavam interferir junto ao governo federal nos nomes a serem escolhidos pela ditadura. Os governadores dos Estados, enquanto liderança oficial do partido naquela unidade federativa, tinham a incumbência de enviar uma lista com possíveis nomes para serem seus sucessores. Ao mesmo tempo em que deveriam tentar conciliar as dissidências internas da Arena, os governadores, enquanto partes ativas da disputa, buscavam interceder em benefício de seus interesses. Simultaneamente nesse processo, membros das outras alas interviam junto a setores do governo federal em função de suas preferências eleitorais.

Em 1974, Ernani Sátiro apresentara uma lista com diversos possíveis nomes a serem indicados pelo governo federal para seu sucessor estadual, mas sua preferência estava na candidatura de Ivan Bichara. Este era um ex-udenista, que também integrara o Partido Libertador (PL) durante a República de 1945 a 1964, à época afastado da vida pública, exercia alto cargo na Caixa Econômica Federal, bem como tinha ligações familiares com José Américo de Almeida, histórica liderança política na Paraíba. Por sua vez, João Agripino tinha preferência por Juarez Farias, economista que fora secretário do alto escalão de seu governo. Ambos os candidatos tinham modestas carreiras políticas e dependiam da influência das lideranças nesse contexto eleitoral.

Mesmo não contando com a participação popular na escolha do governador, o pleito logo ganhou ares de competição. Entre as representações constantes feitas pelos

⁵ Sobre a configuração das alas internas da Arena paraibana ver Sobreira (2017).

chargistas, estavam a corrida (Imagem 1), na qual as duas lideranças políticas apareciam confabulando sobre qual dos competidores, os possíveis candidatos a governador biônico aparecem em ponto de largada, tinha condições de ganhar a corrida. Conseqüentemente, a escolha de um dos preferidos, no caso de 1974, Ivan Bichara, resultava no desprestígio da ala do candidato derrotado nesse pleito indireto, cuja representação se dava pela seu sumiço (Imagem 2). Tais acontecimentos contribuíam para a divisão interna do partido, que resvalavam na campanha eleitoral dos demais candidatos do partido que concorriam através de pleitos diretos. Uma das práticas retratadas nas charges mais comuns em momentos de ampla crise interna partidária era a divisão dos comícios, nos quais uma liderança da ala arenista não comparecia ao palanque do candidato identificado com a outra corrente partidária (Imagem 3).

Imagem 1



RICHARD, DEODATO, *O Norte*, 08 de mai 1974, p. 4

Imagem 2

Imagem 3



DEODATO, *O Norte*, 28 mai 1974, p. 4



DEODATO, *O Norte*, 20 set 1974, p. 4

Um dos principais prejudicados nesse processo eleitoral direto e indireto de 1974 foi o candidato *arenista* ao Senado, Aluísio Afonso Campos. Naquele pleito, Campos, apesar de não ser o mais capacitado politicamente para aquela disputa, fora indicado como candidato da Arena paraibana em virtude das disputas internas no partido que impediam a escolha de outro nome. Com isso, parte significativa do partido abdicou de realizar campanha em prol de Campos, orientando o eleitorado a votar no candidato do MDB, Ruy Carneiro. Sendo esse movimento político entendido como uma traição sofrida por Campos dentro de seu próprio partido (Imagem 4)

Imagem 4



DEODATO, *O Norte*, 20 nov 1974, p. 4.

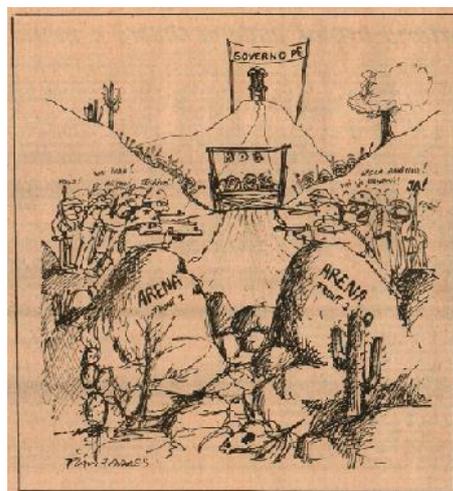
A representação das dissidências partidárias dentro da Arena nas charges publicadas pelos jornais paraibanos permaneceu na ordem dos editoriais também na eleição de 1978. Em uma nova conjuntura, agora as divergências ocorriam entre o então governador do Estado, Ivan Bichara, contra as duas principais lideranças do partido, João Agripino e Ernani Sátyro. O primeiro agiu pela indicação do senador Milton Cabral como candidato a governador indireto, enquanto Agripino e Sátyro tinham preferência pelo deputado federal Antônio Mariz. Repetiam-se as representações dos conflitos internos dentro do partido, seja através de disputas esportivas, como uma partida de vôlei, na qual os times competidores eram as alas do partido (Imagem 5), ou através de brigas envolvendo armas. Nesse sentido, as alas arenistas eram retratadas como grupos de cangaceiros (Imagem 6), gladiadores (Imagem 7), ou sombras apunhalando-se em meio a uma briga (Imagem 8).

Imagem 5

Imagem 6



TAVARES, *O Norte*, 20 jan 1978, p. 4.



TAVARES, *O Norte*, 20 jan 1978, p. 4.

Imagem 7



MUNIZ, *Correio da Paraíba*, 19 mai 1978, p. 4

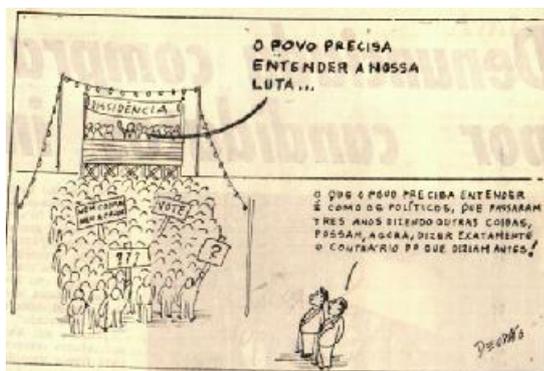
Imagem 8



TAVARES, *O Norte*, 27 set 1978, p. 4

Concomitantemente, as disputas continuavam a refletir nas campanhas eleitorais, na qual os comícios passaram a ser mais intensos em críticas dirigidas por *arenistas* contra *arenistas*, nas chamadas dissidências. Tal prática foi percebida pelos chargistas da época, que ressaltaram a contradição em políticos dissidentes ao criticarem membros do próprio partido, que comanda um governo ao qual boa parte participou ativamente (Imagem 9).

Imagem 9



DEODATO, *Correio da Paraíba*, 21 set 1978, p. 4.

Outra importante característica representada nas charges sobre a Arena é a intervenção do governo federal nas decisões partidárias em âmbito estadual. Ainda com o foco na indicação dos governadores biônicos, os chargistas, em 1974, ressaltaram a visita do senador Petrônio Portella ao estado. Portella desempenhava a função de presidente nacional do partido, sendo a principal ligação da Arena com o governo federal. Naquele ano, no intuito de articular e apaziguar os interesses das alas divergentes na Arena, Portella realizou um *tour* pelos estados da federação nos quais haviam divergências para a escolha dos biônicos. Conhecida como “Missão Portella”, foi a partir dela que definiram os novos governantes estaduais.

Assim, o presidente *arenista* ganhou destaque nas representações dos chargistas como peça fundamental nos rumos da política estadual. Em uma imagem, são apresentados os possíveis indicados à governador biônico cantando o samba enredo da escola de samba Portela no carnaval de 1974 “*lá vem Portela...*” em alusão às expectativas da cúpula política *arenista* pela visita do presidente do partido, homônimo da escola de samba (Imagem 10). Outra característica dessa intervenção do governo federal nos rumos políticos estaduais era a demora em se definir questões fundamentais. Os chargistas, buscaram fazer troça com a situação de “suspense” retratando Petrônio Portella pedindo dicas ao cineasta Alfred Hitchcock, diretor de diversos filmes do gênero (Imagem 11).

Imagem 10



DEODATO. *O Norte*, 10 mar, 1974, p. 4

Imagem 11



DEODATO. *O Norte*, 15 mai 1974, p. 4

Mas a influência do governo federal não ocorria apenas através do presidente da Arena. Era comum as lideranças estaduais *arenistas* confabularem o futuro político de seus estados diretamente com o presidente, e essa relação foi constantemente retratada pelos chargistas. Em 1978 o general presidente João Batista de Figueiredo, recém-eleito para o cargo, aparecia nas charges junto às lideranças do partido, que constantemente lhe pediam que intermediasse a situação interna na Arena. Seu entusiasmo pelos cavalos era algo comum na piada expressa nessas imagens, sendo o presidente general identificado por montar um cavalo, bem como pelos seus característicos óculos escuros (Imagem 12). Figueiredo aparece ainda dialogando com o governador do Estado que lhe entrega uma lista com os indicados para sua sucessão, na qual esse problema é

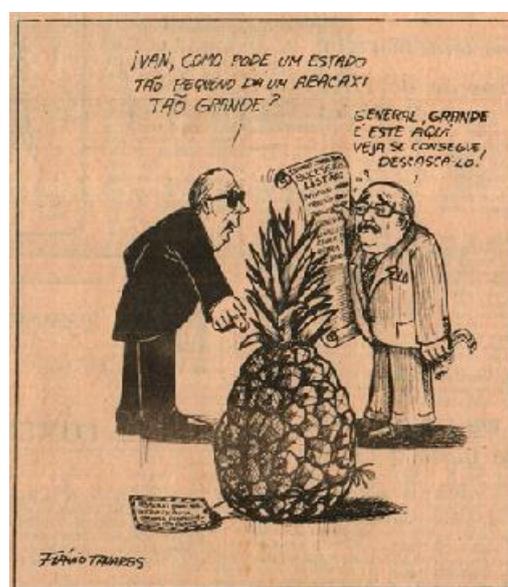
relacionado a um grande abacaxi, que no imaginário popular está atrelado a um inconveniente, imbróglho a ser resolvido – ou descascado (Imagem 13).

Imagem 12



TAVARES. *O Norte*, 26 jan 1978, p. 4.

Imagem 13



TAVARES. *O Norte*, 06 jun 1978, p. 4.

Por fim, uma terceira característica sobre a Arena retratada pelos chargistas é a forma como os políticos do partido se relacionam com o eleitorado, mais especificamente sua exclusão do processo político, bem como os mecanismos de controle e fraude do processo eleitoral. Uma das características da cultura política brasileira apontada por Motta (2013, p. 18) é a falta de participação das camadas mais sociedade nas instâncias representativas de poder, como as práticas de controle político-eleitoral, especialmente através do controle pela via do poder econômico⁶. A ditadura

⁶ Para o Motta (2013), a cultura política brasileira pode ser entendida como um conjunto de práticas, tradições e representações políticas que orientam o comportamento daqueles que controlam ou almejam controlar o poder no país. A junção dessas características, entendidas alinhadas ao processo de construção do Estado brasileiro, é o que dá sentido à uma cultura política própria ao país. Além das referidas ao

militar, pelo seu caráter conservador e autoritário, criou um sistema político que favorecia a manutenção de tais características enraizadas na dinâmica do funcionamento das instituições públicas nacionais⁷.

Nas charges publicadas pelos jornais na Paraíba eram comuns a representação do isolamento da população mais pobre em relação ao poder público e seus mandatários com a reprodução da figura clássica do político, barrigudo e de terno, num meio de pobreza, na qual pessoas magras morando em casebres o recebem para escutar suas propostas (Imagem 14). Em outra, o mesmo contexto de pobreza aparece recebendo a visita de um político da região, que, pela fala de uma das personagens, busca pedir voto para um correligionário, bem como a fala de outra personagem indica a distância dos políticos representantes de cargos públicos com as amplas camadas da população “*Oxente, e já chegou a inleição (sic)?!*” (Imagem 15).

Imagem 14

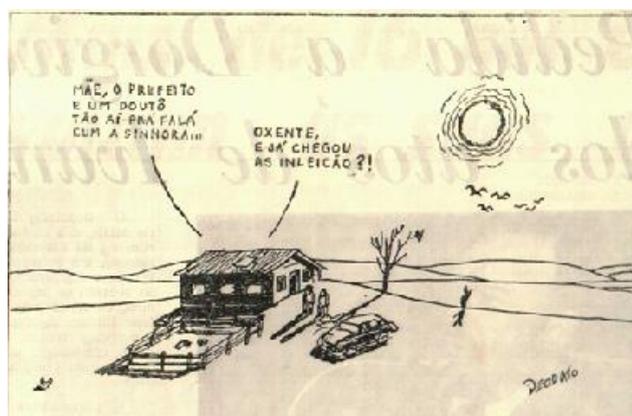


DEODATO. *O Norte*. 14 set 1974, p. 4.

Imagem 15

longo do texto, outras características dessa cultura política brasileira é são as condutas favorecedoras de projetos políticos pessoais sobre os interesses públicos e a tendência à negociação de conflitos, especialmente quando as partes envolvidas são identificadas com as elites políticas e econômicas.

⁷ Sobre o conservadorismo, a Arena e a ditadura militar na Paraíba ver Sobreira (2018).



DEODATO. *Correio da Paraíba*. 16 ago 1978, p. 4.

Das práticas de controle eleitoral praticadas pela Arena paraibana mais representadas pelos chargistas foi o voto de cabresto. Historicamente identificado no Brasil no período da chamada República Velha, no qual os coronéis, principais lideranças políticas no município, alicerce político da então conhecida “política dos governadores”, o voto de cabresto ocorria através do estreito controle do voto da população pelas chefias políticas. Apesar dos diversos períodos de rupturas no processo histórico brasileiro, bem como do desenvolvimento da democracia em nossa sociedade, tal prática permaneceu em vigor no sistema político da ditadura militar. Reconhecendo sua existência na política paraibana e *arenistas*, os chargistas elaboraram imagens que apresentam metalinguagem própria, na qual o voto de cabresto, uma expressão que contém uma metáfora, é representada de forma literal com um político, identificado pela grande cartola, segurando uma placa de propaganda eleitoral da Arena, montado em um eleitor que usa um cabresto (Imagem 16).

Imagem 16

Imagem 17



TAVARES. *O Norte*. 14 set 1978, p. 4



TAVARES. *O Norte*. 28 nov 1978, p. 4

Outra característica retratada nesse sentido é a utilização direta do capital econômico para manter o controle eleitoral. Na Paraíba, a principal força econômica na década de 1970 continuava a ser o agronegócio, especialmente o latifúndio e as usinas de cana-de-açúcar. Os grupos controladores desses meios de produção foram fundamentais para o sucesso do golpe de 1964 no estado, bem como mantiveram sua influência política ao longo da ditadura. A principal representação identificada nas charges foi uma imagem que retrata um usineiro, reconhecido pelo vestuário, as esporas nos calçados e pelo chicote, com a mão no ombro de um trabalhador – gesto que demonstra controle de um indivíduo sobre o outro –, respondendo à pergunta de um jornalista sobre o seu sucesso eleitoral (Imagem 17). Na imagem ainda há, no plano de fundo, um latifúndio de cana-de-açúcar e uma usina na qual a fumaça exalada de sua chaminé faz desenhos de cifrões e escreve o nome “Arena”.

Considerações finais

De maneira geral, especialmente pelo fato de ser uma pesquisa ainda em desenvolvimento, o que se pode apontar sobre as charges referentes à Arena na Paraíba é: a principal forma de representar o partido era colocando seus membros em situações

que fizessem alusões ao contexto vivido pela legenda; da mesma forma, o que era representado sobre o contexto regional difere do que era representado sobre o âmbito nacional do partido, o que indica a importância de se olhar para a política nessa escala de análise; e por fim, vale a ressalva de que os processos eleitorais, comum em todas as charges aqui discutidas, não pode ser visto apenas por esse prisma, sendo preciso contrapor aquilo que era representado nas charges com outras fontes disponíveis.

Referências:

Jornal Correio da Paraíba

Jornal O Norte

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório**: . Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens. **Revista Artcultura**. Uberlândia: vol. 8, nº 12, 2006, p. 97-115.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. ABREU, Luciano Aronne; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Orgs). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre, FGV/Edipurcs: 2013a, p. 9-33.

SOBREIRA, Dmitri da Silva Bichara. Partido político, eleições e ditadura militar: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1966-1968). **Revista Bilros**. Fortaleza: vol. 5, nº 9, 2017, p. 64-86.

_____. Partido político, conservadorismo e ditadura militar: A Aliança Renovadora Nacional (Arena) na Paraíba (1964-1968). **Revista Saeculum**. João Pessoa: nº 39, 2018, p. 133-148.